

21 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Comissão aprova farra dos salários

Projeto na Câmara acaba, na prática, com o teto para vencimentos no serviço público e dá ao Congresso o poder de definir o limite

Comissão da Câmara aprovou ontem uma proposta de emenda constitucional que acaba, na prática, com o teto salarial dos servidores públicos da União, dos Estados e dos municípios. Além disso, retira o poder do presidente da República de definir o maior salário pago pela administração pública. A proposta ainda vincula os salários dos parlamentares aos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Com isso, toda vez que o Congresso aprovar aumentos salariais para os magistrados, eles serão repassados automaticamente para os deputados e os senadores, além de outras autoridades públicas. O projeto, que liquida as reformas administrativas dos governos FHC e Lula, precisa ser votado em dois turnos pelo plenário da Câmara antes de seguir para o Senado.

R\$ 26,7 mil

é o valor do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o maior do serviço público

21 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Contas públicas. Se projeto passar pelos plenários do Congresso, reformas administrativas feitas nos governos FHC e Lula vão perder efeito prático; servidores vão poder acumular benefícios e obter rendimentos que superam o salário de um ministro do STF

Comissão da Câmara aprova emenda que acaba com tetos salariais no País

Com o Congresso em recesso branco por causa da conferência Rio+20, comissão especial da Câmara aprovou ontem proposta de emenda constitucional com potencial explosivo para as contas públicas. O projeto acaba, na prática, com o teto salarial dos servidores públicos não só da União mas também dos Estados e dos municípios. Retira ainda o poder do presidente da República de definir o maior salário pago pela administração pública no País. Essa função, pela proposta, será exclusiva do Congresso, sem a necessidade de passar pela sanção ou veto do Planalto.

A proposta ainda vincula os salários dos parlamentares aos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, toda vez que o Congresso aprovar aumentos salariais para os magistrados, eles serão repassados automaticamente para os deputados e senadores sem o desgaste político de votar um outro projeto concedendo o autorreajuste. A "carona" é extensiva a outras autoridades.

O texto fixa o mesmo salário para os três Poderes. Serão também beneficiados o presidente e o vice-presidente da República, os ministros de Estado, o procurador-geral da República e o defensor público-geral federal. O salário do ministro do Supremo e do procurador-geral tem efeito cascata em toda a magistratura.

Antirreforma. O projeto aprovado precisa ser votado em dois turnos pelo plenário da Câmara antes de seguir para o Senado. A proposta, na prática, coloca por terra as reformas administrativas dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, realizadas para frear o pagamento de salários dos marajás do serviço público e tentar impor limites de gastos com o funcionalismo.

Ainda não há um cálculo fechado sobre o tamanho do impacto nas contas públicas que tal projeto causará caso passe em definitivo pelo crivo dos parlamentares.

A proposta foi aprovada na comissão especial ontem por unanimidade, em reunião que durou pouco mais de meia hora.

Interlocutores do governo no Congresso foram surpreendidos e consideraram que houve um golpe dos deputados, aproveitando o esvaziamento da Câmara nesta semana. Essa foi a segunda reunião da comissão especial que analisa o projeto, instalada em 10 de maio passado.

Entre mudanças de artigos e revogação de outros, a proposta do relator, deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), permite o acúmulo de pagamentos de várias fontes – incluindo aposentadoria, salários, benefícios, decisões judiciais – para o servidor público, mesmo que a soma exceda o teto, igual ao valor do subsídio

dos ministros do Supremo, atualmente de R\$ 26.723,13. O texto aprovado retira ainda os limites atuais para o salário dos servidores estaduais e municipais, mudando a regra constitucional.

A Constituição (no inciso XI do art. 37) estabelece como limites para os servidores do Executivo municipal o salário do prefeito. Para os estaduais, o do governador. No Legislativo, o limite é o salário do vereador ou do deputado estadual e há ainda a limitação do salário do desembargador do Tribunal de Justiça como parâmetro no âmbito do Poder Judiciário, com aplicação também para membros do Ministério Público e a defensores públicos.

"Correção". O relator afirmou que a proposta corrige a falta de isonomia atual entre os funcionários públicos. "Não se constata razão suficiente para diferenciar os servidores estaduais e municipais dos federais. Se há um teto remuneratório, ele deve ser o mesmo, qualquer que seja a esfera de governo, até para que a própria Constituição não entre em contradição", argumentou Lopes, repetindo a justificativa apresentada pelo deputado João Dado (PDT-SP), autor do trecho adotado pelo relator.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O QUE MUDA NA NOVA PEC

21 JUN 2012

- A proposta de Mauro Lopes (PMDB-MG) prevê que se uniformizem os salários de todos os servidores com o teto federal

TETO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

R\$ **26.723,13**

valor recebido por ministros do STF, ministros de Estado e congressistas

COMO É

Executivo federal corta o valor que ultrapassa o teto

COMO FICA

Servidores públicos e congressistas poderão acumular salários e aposentadorias, somando mais de uma fonte de renda e ultrapassando o teto federal

SUBTETO ESTADUAL É O SALÁRIO DO GOVERNADOR, QUE PODE SER:

90,25%

do teto do funcionalismo ou equivalente ao teto máximo do funcionalismo. Deputados estaduais também se sujeitam a essas regras

COMO É

O salário de servidores públicos estaduais é limitado ao salário do governador e de deputados estaduais

COMO FICA

O salário dos servidores poderá ultrapassar o dos governadores e deputados estaduais, batendo no teto federal

SUBTETO MUNICIPAL É O SALÁRIO DO PREFEITO, QUE PODE SER:

90,25%

do teto do funcionalismo ou equivalente ao teto máximo do funcionalismo. Vereadores também se sujeitam a essas regras

COMO É

O salário de servidores públicos municipais é limitado ao salário do prefeito e de vereadores

COMO FICA

Acaba com o subteto municipal, ou seja, servidores municipais poderão ter salário igual ao do teto federal

PRESIDENTE, VICE, MINISTROS, CONGRESSISTAS, PROCURADOR-GERAL E DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

COMO É

Aumento do salário deste grupo é condicionado à aprovação de um projeto de lei para cada Poder, que envia anualmente solicitação de reajuste dentro do Orçamento da União

COMO FICA

Vincula o salário do grupo acima ao STF. Assim, sempre que houver reajuste no Supremo, este será repassado ao grupo. A definição de salários passa a ser de competência exclusiva do Congresso, sem aprovação presidencial

21 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Câmara prepara aumento para STF, que valerá para ela

● Ao mesmo tempo em que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) vinculando o salário dos parlamentares aos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) caminha no Legislativo, a Câmara também avança no projeto de aumento no subsídio dos magistrados.

Em maio, os deputados da Comissão do Trabalho aprovaram o reajuste dos atuais R\$ 26.723,13 para R\$ 32.147,90, com pagamento retroativo a 1º de janeiro

deste ano. O valor significa um aumento de 20,29%. A estratégia dos deputados é aprovar antes a vinculação, para pegar carona no aumento dos ministros.

A vinculação salarial é uma reivindicação antiga da Casa e tomou fôlego no fim de 2010, quando deputados e senadores enfrentaram desgaste político e aumentaram em 61,83% seus vencimentos (de R\$ 16.512 para os atuais R\$ 26.723), a vigorar em 1º de fevereiro de 2011. Com salários menores, na época, o reajuste foi maior para o presidente da República, de 133,96%, e para o vice e os ministros de Estado, de 148,63%. Todos passaram a receber o mesmo valor.

Coube ao deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) colocar no papel a PEC, vinculando os salários e deixando ao Supremo o encargo de pedir reajuste para todos. Segundo Marquezelli, a proposta evitará "constrangimento" aos deputados, que não precisarão mais votar seu próprio aumento. A PEC garante salários iguais para todos: ministros do Supremo, deputados federais e senadores, presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, procurador-geral da República e defensor público-geral federal. Atualmente é exigido um projeto para o Judiciário e um para o Legislativo, que inclui o Executivo. / DENISE MADUEÑO

21 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O império da bandidagem

A última estarrecidora novidade no circo de horrores em que se transformou o caso Cachoeira é a decisão do juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, responsável por processos criminais que resultaram da Operação Monte Carlo, de solicitar afastamento do caso à Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF1), sob a alegação de que ele próprio e sua família têm sofrido ameaças de morte, presumivelmente por parte de policiais envolvidos no escândalo. A medida do impacto negativo dessa decisão pode ser avaliada pela manifestação do presidente do STF, ministro Ayres Britto: “É um caso de gravidade incomum”. A pergunta que cabe: o aparato governamental não tem condições de garantir segurança a seus agentes, para que possam se dedicar incólumes ao pleno exercício de suas funções?

No pedido de afastamento, documento a que o Estado teve acesso, o magistrado goiano afirma encontrar-se em “situação de extrema exposição junto à criminalidade do Estado de Goiás” e explica que, apesar de se submeter a um rígido esquema de segurança recomendado pela Polícia Federal (PF), as ameaças que recebe são constantes: “Minha família, em sua própria residência, foi procurada por policiais que gostariam de conversar a respeito do processo atinente à Operação Monte Carlo, em nítida ameaça velada, visto que mostraram que sabem quem são meus familiares

e onde moram”.

De acordo com o juiz, “pelo que se tem de informação, até o presente momento, há crimes de homicídio provavelmente praticados a mando por réus do processo pertinente à Operação Monte Carlo, o que reforça a periculosidade da quadrilha”. É compreensível, embora lamentável, portanto, a decisão do magistrado de, para proteger a família e a si próprio, abandonar o caso e, ainda por medida de precaução, passar um tempo no exterior.

A Operação Monte Carlo, deflagrada em fevereiro do ano passado pela Polícia Federal para in-

O Estado tem o dever de garantir a segurança e a integridade de seus juizes

vestigar a atuação de organizações criminosas envolvidas na exploração do jogo em Goiás e no Distrito Federal, resultou em duas ações penais na Justiça Federal em Goiás, sob a responsabilidade do juiz Moreira Lima, e também em processos que correm no STF, envolvendo réus com foro privilegiado. No âmbito do TRF1 o processo foi desmembrado por iniciativa de Moreira Lima, para agilizar sua tramitação: um é relativo aos oito réus que estão presos, entre eles Carlinhos Cachoeira. No outro estão os 73 réus que estão soltos, entre eles 35 policiais civis, militares e federais. A pergunta inevitável: não seria uma cautela elementar manter presos também os réus que são policiais?

Essa seria a melhor decisão,

se também nesse caso prevalesse o argumento do desembargador Sergio Bittencourt, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que na semana passada rejeitou o habeas corpus impetrado pela revogação da prisão de Cachoeira. Afirma o magistrado em seu despacho: “Não se pode olvidar o fato de as investigações mostrarem ser o paciente o líder de uma organização criminosa com complexas relações ilícitas, que envolvem autoridades de grande influência em Poderes da República, o que justifica a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública”. Ora, se Cachoeira deve continuar preso para que não exerça sua influência perniciosa, no caso, sobre “os Poderes de República”, o mesmo deveria valer para os policiais suspeitos que ameaçam a integridade física de quem deve julgá-los.

De qualquer modo, a Justiça, por decisão da 3.^a Turma do TRF1, deu outra boa notícia ao rejeitar o argumento da defesa do contraventor, de que seriam ilegais as escutas telefônicas com base nas quais a PF desenvolveu a Operação Monte Carlo. A justificativa apresentada era de que o inquérito é ilegal porque baseado em denúncias anônimas. O relator, juiz federal Tourinho Neto, havia acolhido esse argumento, que não foi aceito pelos dois outros magistrados da 3.^a Turma. Tourinho Neto, aliás, é o mesmo juiz que, na semana passada, havia mandado libertar Cachoeira. Isso só não aconteceu porque o contraventor tem o rabo preso em mais de um processo.

O ESTADO DE S. PAULO

Vazamento de

Operação 21 JUN 2012

será investigado

Juiz ameaçado de morte alertou que grupo de Cachoeira tinham informações a respeito de ação da Polícia Federal pelo menos um mês antes

O vazamento de informações da Operação Monte Carlo será investigado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pela Polícia Federal. A suspeita de envolvimento do juiz federal Leão Aparecido Alves e as ameaças feitas ao juiz que estava no caso, Paulo Moreira Lima, levaram a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, a convocar uma reunião ontem com os dois magistrados e o ex-corregedor do TRF1 Cândido Ribeiro.

Além das ameaças que sofria por comandar o processo contra Carlinhos Cachoeira, o juiz Moreira Lima reclamava da suspeita levantada pelos colegas de que as provas obtidas nas investigações seriam ilegais. Falava ainda em pressão interna e vazamento de informações da Operação Monte Carlo antes que fosse deflagrada.

As suspeitas pelo vazamento pesam sobre a mulher do juiz Leão Aparecido Alves e sobre uma servidora que seria da confiança do magistrado que é titular da vara onde atuava Moreira Lima. O vazamento foi confirmado pelo magistrado ao CNJ em março, conforme revelou ontem o Estado. A Polícia Federal detectou o vazamento de informações, informou o magistrado e passou a investigar para encontrar o responsável.

Ao mesmo tempo em que o vazamento era descoberto, o juiz Leão Aparecido Alves soube que um telefone que estava em seu nome estava sendo monitorado. Por isso, o juiz encaminhou à Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região uma representação contra Moreira Lima.

No dia seguinte à representação, o corregedor-geral do TRF1,

Cândido Ribeiro, foi a Goiânia ouvir Moreira Lima. Conforme relato feito ao CNJ, este teria ouvido críticas à sua conduta e a afirmação de que deveria abandonar a tarefa, pois estaria "apaixonado pela causa".

Moreira Lima foi então a Brasília pedir o respaldo da corregedora Eliana Calmon. Para solucionar a crise interna, um juiz auxiliar do CNJ foi a Goiânia mediar uma conversa entre Leão Aparecido Alves e Moreira Lima. O embate poderia comprometer a Operação Monte Carlo, que seria deflagrada semanas depois.

As críticas feitas pelo juiz federal do TRF1 Tourinho Neto, no julgamento de habeas corpus a favor de Cachoeira, também incomodaram Moreira Lima. "Não pode haver a banalização das interceptações, que não podem ser o ponto de partida de uma investigação, sob o risco de grave violação ao Estado de Direito", afirmou Tourinho Neto.

Ameaças. Além desses problemas, Moreira Lima passou a ser ameaçado, o que pesou decisivamente para sua saída do caso. Uma de suas razões era a segurança da família, que chegou a ser procurada por policiais

"por policiais que gostariam de conversar a respeito do processo atinente a Operação Monte Carlo". Segundo ele, os policiais mostraram que sabiam quem era cada um de seus familiares e onde moram".

O juiz que julgará o processo contra Cachoeira, Alderico Rocha Santos, informou em nota que começará a analisar o caso em julho e prometeu celeridade. "Diante da repercussão dos fatos, tenho certeza de que tanto os acusados como a sociedade têm interesse no esclarecimento dos mesmos o mais breve possível", disse ele.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 JUN 2012

Não por medo, por 'cansaço'

O juiz Paulo Augusto Moreira Lima, da 11.^a Vara de Justiça de Goiás, responsável pelas investigações da Operação Monte Carlo, deixou o processo na última terça-feira. Ele encaminhou ofício ao desembargador Carlos Olavo, corregedor do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF1) em 13 de junho.

O magistrado argumenta que a família foi procurada por policiais goianos “em nítida violência velada” e que havia informações de “crimes de homicídio provavelmente praticados a mando por réus do processo”, o que aumentava o risco de comandar as investigações.

A pedido, Paulo Moreira Lima foi removido para a 12.^a Vara da Goiás, que não cuida de temas criminais. Ele também solicitou permissão para tirar três meses de férias, que aproveitará fazendo uma viagem para fora do País.

Em encontro no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na tarde de ontem, Lima afirmou à corregedora Eliana Calmon não ter pedido o afastamento do caso por medo, mas sim por cansaço. Segundo a ministra, o magistrado disse ter recebido o apoio que precisava para atuar no caso, mas argumentou que depois de 14 meses de investigação tinha preocupação com a saúde e com a família.

Após o afastamento, quem herdaria o comando do processo da Monte Carlo seria o titular da 11.^a Vara Federal da seção de Goiás, o juiz Leão Aparecido Alves. No entanto, ele se declarou impedido por razões de “foro íntimo” e por manter relação próxima com um dos denunciados, Olímpio Queiroga, apontado como número dois da máfia dos caça-níqueis.

Quem assume a frente das investigações é o juiz federal Alderico Rocha Santos, titular da 5.^a Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás. Ele foi escolhido pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), desembargador federal Mário César Ribeiro, atendendo à solicitação do corregedor regional da Justiça Federal de 1.^o Grau da Primeira Região, Carlos Olavo.

Seria 'desumanidade' manter no processo Moreira Lima, diz CNJ

Para a corregedora-geral Eliana Calmon, juiz ameaçado por julgar caso de Cachoeira declarou estar 'extenuado'

Em reunião com a corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon, o juiz federal Paulo Moreira Lima, que deixou a frente do processo contra o contraventor Carlinhos Cachoeira, confirmou as ameaças veladas que vinha sofrendo e afirmou que não tinha mais condições de permanecer no controle do caso. Calmon pedirá à Polícia Federal que garanta proteção ao magistrado e acompanhe, a partir de agora, o juiz que foi designado para julgar a causa - Alderico Rocha Santos.

Mesmo andando com carro blindado, sob vigilância da PF e armado, o juiz disse a Eliana Calmon que as ameaças o impediam de prosseguir a missão. A situação chegou ao limite, disse ele, quando policiais foram à casa de seus pais dizendo que queriam conversar sobre o processo.

Como o grupo de Cachoeira tinha o auxílio de cerca de 40 agentes, entre policiais civis, federais e militares, a abordagem foi vista pelo magistrado, ex-delegado da PF, como uma "nítida ameaça velada". Seus pais, disse ainda, lhe telefonavam até para saber se podiam ir ao mercado.

"Naturalmente que o juiz deu as razões dele, que se sentia realmente extenuado e gostaria de sair", afirmou a corregedora. Mantê-lo no processo seria um "ato de desumanidade".

● Autodefesa

ELIANA CALMON

CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA

"Naturalmente que o juiz deu as razões dele, que se sentia cansado, se sentia realmente extenuado e que gostaria de sair. (Mantê-lo no processo) Seria um ato de desumanidade"

Ameaças. Moreira Lima já havia indicado ao CNJ, em março, sua preocupação com ameaças. Afirmou no encontro com a corregedora - de que participaram o ex-corregedor do TRF-1, Cândido Ribeiro, o presidente da Associação de Juízes Federais, Nino Toldo, e o juiz federal Leão Alves - que integrantes do grupo sabiam da existência da operação e se movimentavam para minar as investigações.

Um dos aliados de Cachoeira, Olímpio Queiroga, foi flagrado em conversa telefônica tratando da operação antes de deflagrada. Queiroga, ressaltou o magistrado, "é mencionado em dez inquéritos policiais devido a crimes diversos, é acusado de homicídio, tem quatro armas registradas em seu nome, além de ter sido citado na CPI do Narcotráfico".

21 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ayres Britto reafirma que julgamento mensalão acaba em agosto

Presidente do STF acredita que é possível chegar à conclusão em um mês, se 'tudo correr normalmente e dentro do cronograma'

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, enfatizou ontem que acredita na conclusão do julgamento do processo do mensalão ainda em agosto.

O cronograma do STF prevê o início do julgamento no primeiro dia de agosto, desde que o revisor do processo, ministro Ricardo Lewandowski, libere a tempo a ação penal para a pauta do Supremo. Ayres Britto, que participou de evento na Rio+20, afirmou que não teme nenhum tipo de atraso.

"É possível que o julgamento termine no próprio mês de agosto, se tudo correr normalmente e dentro do cronograma que estabelecemos. Aquele calendário estabelecido já levou em consideração a complexidade do caso", afirmou o ministro. Lewandowski já disse que pretende liberar o processo ainda em junho.

O planejamento do STF prevê sessões diárias de cinco horas, entre 1 e 14 de agosto, para ouvir a acusação do Ministério Público Federal e as defesas dos 38 acusados. A partir do dia 15 começam a ser revelados os votos dos 11 ministros.

• Em um mês

CARLOS A. BRITTO

PRESIDENTE DO STF

"É possível que o julgamento termine no próprio mês de agosto, se tudo correr dentro do cronograma que estabelecemos. Aquele calendário estabelecido já levou em consideração a complexidade do caso".

Pressão. O presidente do Supremo voltou a afirmar que o julgamento não será pautado por nenhum tipo de pressão. "Por mais intensa ou densa que seja a ambiência política de um processo, o julgamento só pode ser técnico, em cima da prova dos autos. Isto é um dever do juiz. Se não for assim, ele se deslegitima e trai a sua própria função", explicou Ayres Britto.

No início do mês, o ex-ministro José Dirceu convocou líderes estudantis e movimentos sociais a irem às ruas em defesa dos réus do mensalão.

STF decide hoje sobre investigações criminais do MP

• O Supremo Tribunal Federal poderá julgar hoje habeas corpus do empresário Sérgio Gomes, o Sombra, suposto mandante da execução do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), em 2002. O julgamento é cercado de grande expectativa no Ministério Público em todo o País. A tese da defesa, se acolhida, vai aniquilar as promotorias e refletir em centenas de ações contra a corrupção. O advogado Roberto Podval alega que o MP não tem poderes para investigações criminais. Ele pediu adiamento, alegando que a composição da corte foi muito alterada desde que ingressou com o habeas. "Com serenidade aguardamos que o STF reafirme o poder investigatório do Ministério Público", disse o procurador geral de Justiça de São Paulo, Márcio Elias Rosa.

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 21 JUN 2012

CASO CACHOEIRA Justiça refém

É o fim do mundo o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, ameaçado de morte pela "criminalidade de Goiás", ter de pedir ajuda ao Judiciário, sair de férias, deixar o País e quem sabe viver escondido, simplesmente por realizar o seu trabalho! Posso imaginar o medo que estão sentindo deputados e senadores. Depois da ameaça sofrida, Moreira Lima pediu para deixar o processo em que foi determinada a prisão do contraventor mais poderoso e famoso de Goiás, Carlos Cachoeira, que tem como advogado um ex-ministro da Justiça do governo petista, Marcio Thomaz Bastos. Um novo juiz foi designado para acompanhar o processo, Alderico Rocha Santos, mas é urgente que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomem providências, antes que aconteça com esses juizes o que aconteceu com a juíza Patrícia Acioli, executada em agosto de 2011 no Rio de Janeiro. A Justiça não pode perder essa guerra, pois quem mais perderá será a sociedade.

IZABEL AVALLONE

izabelavallone@gmail.com
São Paulo

Futuro sombrio

Pobre país! Que futuro te espera, quando magistrados recusam o trabalho por temer as gangues organizadas do colarinho-branco?

HIDEO MATSUOKA

hideo.matsuoka@hotmail.com
Paraná (PR)

Truculência

O juiz e seus familiares foram ameaçados, ao que parece, pelo bando de Cachoeira. Tanta truculência, arrimada na certeza da impunidade, abala a integridade, a liberdade e a independência do Judiciário. Ainda assim, Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça de Lula, permanecerá patrocinando a defesa do indigitado suposto contraventor?

ULISSES NUTTI MOREIRA

ulissesnutti@uol.com.br
Jundiaí

SÔNIA RACY

Uma orgia orçamentária

O MPF pediu abertura de processo contra servidores, conselheiros e aposentados do Tribunal de Contas do Amapá, acusados de desviar mais de R\$ 100 milhões.

Funcionava assim: envolvidos descontavam cheques da conta do TCE, sempre em espécie, na boca do caixa. Em um só dia, conselheiro chegou a sacar R\$ 100 mil a título de "ajuda de custo". Mais ambicioso, o presidente afastado, José Júlio de Miranda Coelho tirou R\$ 7,5 milhões.

Para onde foi o dinheiro? Desde transplante de rim até tratamento contra celulite.

PERNAMBUCO

Juiz valida prévia que indicou João da Costa

O juiz da 3.ª Vara Cível do Recife, Francisco Julião Sobrinho, considerou válida a lista com 33 mil votantes usada pelo PT nas prévias vencidas pelo prefeito João da Costa, em maio. O PT nacional havia anulado a decisão e apontou como candidato o senador Humberto Costa. No PT, entende-se que a justiça considerou válida a lista, não as prévias - e que a decisão não influirá nas instâncias partidárias.

PROCESSO

Russomanno é acusado de falsidade ideológica

O pré-candidato do PRB à Prefeitura de SP, Celso Russomanno, tornou-se réu por falsidade ideológica no Supremo Tribunal Federal, acusado pelo Ministério Público Federal de simular contrato de imóvel para mudar seu domicílio eleitoral e assim concorrer à Prefeitura de Santo André, em 2000. O processo chegou no dia 19 ao STF, mas seguirá para a 1.ª instância porque não é mais deputado federal.

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria quer obrigar TJ a aceitar indicados

21 JUN 2012

Por lei, vaga deve ser
do Ministério Público

De maneira inédita, o Ministério Público de São Paulo vai apresentar uma ação judicial contra o Tribunal de Justiça para obrigar a corte a aceitar as indicações da instituição para uma vaga de desembargador no tribunal.

A medida será buscada no Supremo Tribunal Federal, segundo o procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa.

O estopim do impasse ocorreu ontem, quando o TJ rejeitou pela segunda vez e em definitivo a lista com os nomes da Procuradoria.

Pela lei, a cadeira vazia no tribunal deve ser ocupada por um membro do Ministério Público. No processo de escolha, a instituição encaminha ao TJ uma lista sêxtupla. Dessa relação, o TJ tira uma lista tríplice. A palavra final é do governador do Estado.

Em um ato inédito, o Ministério Público incluiu na lista três promotores que atuam na primeira instância.

A tradição era indicar somente procuradores, que trabalham nos processos de segunda instância no tribunal. Membros do TJ manifestaram descontentamento com a inclusão dos promotores.

Ontem nenhum dos indicados obteve votos suficientes para entrar na lista tríplice. A relação tinha os promotores Jairo Gênova, Amaro Thomé Filho e Jorge Marum, e os procuradores Carlos Eduardo da Matta, Ricardo Andreucci e Carlos Alberto de Salles.

21 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Juros

Com relação ao juro de 1% referido na reportagem "Presidente do TRE-SP diz que é alvo de 'dois pesos'" ("Poder", 18/6), cumpre reiterar que o Tribunal de Justiça de São Paulo não faz pagamento efetivo do juro de 1%. Apenas está examinando o recálculo dessa verba, que terá reflexos escriturais, diante do significativo saldo trabalhista a favor dos magistrados.

Portanto, não haverá qualquer prejuízo ao erário, seja qual for o percentual. Além disso, a questão é discutível, uma vez que o art. 5º da lei 11.960/09 se refere a condenações (débitos judiciais), e não a créditos administrativos, como no caso, que reclamariam a incidência do Código Civil (Selic). De todo modo, a reportagem ainda está sendo analisada pelo Conselho Nacional de Justiça, que não decidiu, até aqui, se os juros serão de 0,5% ao mês ou de 1%. Por fim, a prática dos juros não foi instituída pela presidência atual, mas pelas anteriores.

IVAN SARTORI, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do

TRE-SP diz

que é alvo ⁽¹⁸⁾ JUN 2012

de 'dois pesos'

Navarro credita a 'inimigos' seu afastamento do Tribunal de Justiça paulista

Desembargador diz ser visto como 'bandido de toga', enquanto erro de presidente do TJ é considerado 'descuido'

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, Alceu Penteado Navarro, 67, afirmou ser alvo de "dois pesos e duas medidas" depois de ser afastado do Tribunal de Justiça paulista.

Navarro é investigado por supostamente ter liberado e recebido pagamentos privilegiados no TJ. Ele teve ameaçado seu posto no TRE, mas foi mantido pela Justiça Eleitoral.

"Eu sou um bandido de toga quando cometo um erro. Já quando o presidente comete, é um simples esquecimento, um descuido", afirmou.

A declaração é referência ao chefe do TJ-SP, Ivan Sartori, que recentemente atribuiu o pagamento dobrado de juros em passivos trabalhistas de juizes (que ocorre desde 2001) a um "descuido".

Sartori não comentou as declarações. No voto pelo afastamento de Navarro, disse haver indícios de "conluio" entre magistrados e que houve ilícitos administrativos.

superior ao das despesas médicas que o sr. teria comprovado. Como o sr. responde?

Alceu Navarro - Ninguém guarda notas fiscais de remédios por quatro anos, jogueias fora. Um deles custava R\$ 790 e uma parente precisava de cinco caixas por mês. Uma cirurgia minha custou R\$ 15 mil, minha esposa teve outras duas. Temos familiares com doenças graves e para muitos dos tratamentos não há cobertura dos planos.

Colegas contaram ao então presidente do TJ, Roberto Bellocchi, que falou: "Vamos ajudar o Alceu". Agora precisei comprovar, e meus inimigos estão expondo as doenças da minha família.

Por que fariam isso?

Se o sr. assistir a qualquer julgamento do Órgão Especial do TJ, verá que eles são sanguinários, porque querem vir para cá [Justiça Eleitoral]. É importante me tirar daqui. Se não me tirarem, não abre vaga para eles.

Estou atrapalhando muito, o TRE é muito cobiçado.

Sartori apontou que há indícios de "conluio", "abuso de poder" e "improbidade".

Conluio é quando pessoas se reúnem para praticar crimes. Receber o que é devido não é crime. O critério para

decidir sobre os pagamentos eram as doenças e a idade. O presidente que fazia isso. Eu atuei em algumas situações, mas por delegação dele.

Improbidade é receber ilícitamente. Meu dinheiro não era ilícito. Há diferença entre a malandragem de lesar os cofres públicos e uma administração bagunçada.

Sartori indicou pagamentos que não tinham justificativa. O critério das doenças muitas vezes não foi formalizado?

Não faço segredo disso. Alguns eram autorizados pelo próprio presidente: "determino que se pague". Ou, "o Órgão Especial, o Conselho Superior da Magistratura mandou pagar, pague-se".

Em alguns casos terríveis, foram verbalmente: "pague para a viúva tal".

Não é ruim que o maior TJ do país tenha quitações com ordens verbais?

É ruim. Só que isso sempre foi um hábito, e esse hábito de atender doentes graves todo mundo aceitou. Nunca nenhum presidente decidiu rever o que os outros fizeram. Mas ele [Sartori] só pegou um período de presidentes de quem ele não gostava.

CONTINUA

Folha - O presidente do TJ, Ivan Sartori, aponta que o sr. recebeu R\$ 640 mil fora da ordem normal do tribunal, valor

18 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Este caso não deveria servir para acabar com essa prática?

Temos 50 mil funcionários no Judiciário e cerca de 3.000 juízes. Regular tudo minuciosamente fica difícil.

A ministra Eliana Calmon [corregedora nacional de Justiça] disse que os passivos [devidos aos juízes] deveriam ser pagos com juros de 0,5% ao mês. Até hoje continuam pagando 1%.

O que me aborrece é que quando eu fiz alguma coisa, é um erro gravíssimo. Sou um bandido de toga quando cometo um erro. Já quando o presidente comete, é um simples esquecimento, um descuido. É um problema de dois pesos e duas medidas.

“ Alguns [pagamentos] eram autorizados pelo próprio presidente: “determino que se pague”. (...) Em alguns casos terríveis, foram verbalmente: “pague para a viúva tal”

“ Se o sr. assistir a qualquer julgamento do Órgão Especial do TJ, verá que eles são sanguinários, porque querem vir para cá [TRE]. É importante me tirar daqui. Se não me tirarem, não abre vaga para eles

Juiz pede apuração contra colega que comandou caso Cachoeira

Suspeito de vazamento, magistrado quer saber se foi investigado, o que seria ilegal e anularia operação

Alvo da representação do colega, o juiz federal Paulo Lima deixou o caso após relatar ter sofrido ameaças

Sob suspeita de ter vazado informações da Operação Monte Carlo, o juiz Leão Aparecido Alves, titular da Vara Federal responsável pela prisão de Carlinhos Cachoeira, fez uma representação no TRF (Tribunal Regional Federal) contra o colega Paulo Augusto Moreira Lima, juiz substituto que tocou o caso.

Leão, o titular, não despachou na Monte Carlo porque estava cedido ao TRF. Com isso, todas as decisões judiciais da operação foram tomadas por Moreira Lima.

Esta semana, Moreira Lima deixou o caso, após anunciar que estava sofrendo ameaças. Leão assumiria, mas se declarou impedido por ser amigo de um dos réus, José Olímpio de Queiroga Neto, acusado de exploração ilegal de jogos.

Agora, com os rumores de que teria vazado dados da operação, Leão fez uma representação contra Lima para saber se foi alvo de investigação a mando do colega.

Por conta das regras do foro privilegiado, Leão só pode ser investigado com aval do TRF. Caso ele tenha sido investigado sem autorização, o

que seria ilegal e toda Monte Carlo poderia ser anulada.

SUSPEITAS

Semanas antes de a operação ser deflagrada, Moreira Lima e a Polícia Federal passaram a suspeitar de vazamentos. Em fevereiro, escutas mostraram que Queiroga, o réu amigo de Leão, sabia que havia uma apuração em curso. A PF juntou mais de 20 conversas que reforçariam a suspeita de vazamento.

Queiroga chegou a combinar com Cachoeira formas de protocolar pedidos de informação na 11ª Vara.

As suspeitas da PF sobre o vazamento recaíram sobre a mulher de Leão, que é advogada. Foi quando o juiz representou contra Moreira Lima.

PROCEDIMENTO

O juiz Cândido Ribeiro, que na época era o corregedor do TRF, disse que a representação é "apenas uma forma de pedir esclarecimentos". Ribeiro, segundo o tribunal, "recebeu a representação, ouviu três pessoas [não foi informado quem] e saiu da corregedoria".

Moreira Lima e Leão Aparecido não comentaram.

A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon, minimizou o vazamento e classificou a

operação como "um sucesso". Segundo ela, a questão principal agora é garantir a segurança de Moreira Lima.

Calmon disse que o pai do juiz foi abordado por um policial e ele próprio recebeu ligação de um carcereiro informando que seu nome fora citado por presos. Moreira Lima também alegou cansaço, disse ela. "Deixá-lo [à frente do processo] seria um ato de desumanidade", concluiu.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

21 JUN 2012

Julgamento por colegiado pode ser solução para casos de repercussão

O afastamento do juiz federal Paulo Augusto Moreira Limá, a seu pedido, do caso envolvendo Cachoeira em decorrência de ameaças que estaria sofrendo não é fato isolado. Já houve casos em que as ameaças foram consumadas, como na morte da juíza Patrícia Acioli, no Rio.

A substituição de um juiz para julgar caso importante, viola, independentemente de boa-fé, o princípio de que ele deve ser escolhido aleatoriamente, sem direcionamento.

Nosso Código de Processo Civil e o CNJ regulamentam as hipóteses em que os magistrados podem deixar de julgar um caso. A existência de pressão, seja interna ou externa, não está entre elas. De outro lado, os juízes não são máquinas. São humanos e estão sujeito a pressões.

Muitos defendem repensar a atuação do Judiciário em casos de grande repercussão. No caso da juíza assassinada, o TJ-RJ inovou de forma muito positiva: nomeou uma força-tarefa composta de 3 magistrados. O julgamento por colegiados, desde o primeiro grau, para casos de grande impacto pode ser uma saída inteligente.

Neste momento, a mera substituição, com um novo juiz tendo que analisar as dezenas de volumes dos processos é, no mínimo, problemática.

21 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador usa carro de som para criticar presidente de TRT

DE SÃO PAULO - Com microfone e carro de som, um desembargador da Justiça do Trabalho em Rondônia protestou anteontem contra a presidente do tribunal e negou participar de suposto esquema de desvios de um precatório bilionário.

Vulmar Coelho Júnior fez as críticas no fórum trabalhista e na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em Porto Velho (RO).

Ele é investigado por suposta participação em irregularidades no pagamento de uma dívida judicial da União, reconhecida como o maior precatório do país. O valor pode chegar a R\$ 5 bilhões.

O pagamento deveria ser feito a professores e servidores no Estado, mas suspeita-se que nenhum deles tenha recebido. No início do mês, o Conselho

Nacional de Justiça suspendeu o pagamento da dívida.

Ontem, o Superior Tribunal de Justiça decidiu afastar Coelho Júnior. As ações correm em segredo de justiça.

O desembargador disse estar sendo perseguido por Vania Abensur, presidente do TRT-14, a quem acusou de criar obstáculos para a sua defesa.

Ex-corregedor do tribunal, ele disse que foi "cassado" do cargo "de forma espúria" e que foi quem iniciou a investigação da existência de "uma quadrilha em volta do precatório".

Abensur afirmou que o desembargador deu publicidade a informações sob sigilo e que há "ritos legais" para a a defesa. Também negou persegui-lo.

Procurado, Coelho Júnior apenas enviou a íntegra do protesto.

GAZETA DO POVO

Projeto da Câmara

prevê 21 JUN 2012

vinculação dos salários no Congresso aos do STF

R\$ 26,7
MIL

é o valor do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Comissão aprova PEC que estende automaticamente o reajuste do Supremo a parlamentares. Proposta também autoriza elevação do teto nos estados e municípios

Em meio ao recesso branco das festas juninas no Congresso, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou ontem uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que modifica o entendimento em relação ao teto salarial no funcionalismo público em todo o país. A emenda estabelece o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como o limite de remuneração para todos os funcionários públicos. A proposta agora segue para análise em plenário, onde precisará passar por duas votações para depois ser encaminhada ao Senado.

Caso o texto seja aprovado da forma como saiu da comissão, os subtetos deixam de existir, permitindo que o teto

remuneratório de servidores de estados e municípios ultrapassem os vencimentos dos governadores e prefeitos, respectivamente. O mesmo acontece para desembargadores, integrantes do Ministério Público, procuradores e defensores públicos. Em todos os casos, fica valendo o teto do Supremo.

O relator da PEC, o deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), acolheu a emenda do deputado João Dado (PDT-SP) que previa a unificação do teto do funcionalismo. Na justificativa, o relator afirmou que "se há teto remuneratório, ele deve ser o mesmo, qualquer que seja a esfera de governo, até para que a própria Constituição não entre em contradição", disse.

A emenda também torna permanente a equiparação de vencimentos entre os ministros do Supremo, parlamentares do Congresso, presidente e vice-presidente da República, ministros e procurador-geral da República. Na prática, isso já ocorre. Em 2010, o Congresso aumentou para R\$ 26,7 mil os próprios salários e de demais autoridades, equiparando-os aos dos ministros do STF. Mas não havia vinculação. Ou seja, se o

Supremo hoje tiver reajuste, o aumento não vale imediatamente para os parlamentares federais, o que mudará se a PEC for aprovada.

O texto da PEC ainda derruba a previsão de veto presidencial para a concessão de reajuste. Portanto, após o Supremo encaminhar a proposta de aumento para seus ministros, se for aprovada pelo Congresso, o Executivo é obrigado a conceder, mesmo se não houver previsão orçamentária.

Outra mudança significativa para as contas públicas é a possibilidade de servidores acumularem salários com aposentadoria. Atualmente, a cumulatividade é proibida.

No entanto, embora acabe com os subtetos e equipare automaticamente o salário de parlamentares e outras autoridades ao dos ministros do Supremo, a PEC acaba com a vinculação entre os aumentos dos deputados federais e os legislativos em estados e municípios (deputados estaduais e vereadores).

Para deixar claro que não haverá o efeito cascata, a proposta diz que, nos estados e municípios, os subsídios serão fixados por meio de lei ordinária local.

21 JUN 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Divulgação de salários 1

Sou a favor da divulgação de salários dos comissionados e não dos servidores estatutários. Estes, o povo já sabe que ganham pouco. O absurdo acontece com os servidores que possuem cargos em comissão, que ganham muito e produzem pouco.

Juramir Mesquita, Colombo – PR

Divulgação de salários 2

Correta a decisão dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (**Gazeta**, 20/6) ao entender que a divulgação dos salários dos servidores, com a exposição dos nomes, lotações e salários, viola o direito à privacidade dos servidores públicos.

Luiz Antonio Zeni Trevisan

Cargos comissionados 1

Criaram mais cargos comissionados (**Gazeta**, 20/6)? O Judiciário do Paraná está podre mesmo. Muita gente fez concurso, passou e está esperando há mais de dois anos pra ser nomeado e nada. Acho que eles tentaram fazer um concurso para colocar os protegidos lá dentro, mas não deu certo. E agora deram "um jeitinho", como sempre, para instalar seus apadrinhados no lugar de quem merecia.

Luis Eduardo Vaz

Cargos comissionados 2

Fui aprovado em 1.º lugar para o cargo de Analista Judiciário na comarca de Palmital há mais de dois anos e até agora não fui nomeado pelo TJ. Telefone para eles e sempre me informam que não há verba disponível para nomear os aprovados no concurso. Passamos horas e mais horas estudando, perdemos o sono, deixamos a família e os amigos para nos dedicarmos à carreira pública e o que acontece? Conseguimos a aprovação, mas perdemos nossa vaga para um engravatadinho comissionado.

Geovane Gonçalves de Azevedo, Palmital – PR

Juiz responsável pelo caso Cachoeira confirma ameaças

■ Em reunião com a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, o juiz federal Paulo Moreira Lima, que deixou a frente do processo contra o contraventor Carlinhos Cachoeira, confirmou as ameaças veladas que vinha sofrendo e afirmou que não tinha mais condições de permanecer no controle do caso. Eliana pediu à Polícia Federal que garanta proteção ao magistrado e acompanhe, a partir de agora, o juiz Alderico Rocha Santos, que foi designado para julgar a causa.

Mesmo andando com carro blindado, sob vigilância da Polícia Federal e armado, Moreira Lima disse à ministra Eliana Calmon que as ameaças o impediam de permanecer no processo. A situação chegou ao limite, conforme o relato, quando policiais foram à casa de seus pais dizendo que queriam conversar sobre o processo.

Como o grupo de Cachoeira tinha o auxílio de aproximadamente 40 agentes — entre policiais civil, federais e militares —, a abordagem foi vista pelo magistrado, ex-delegado da PF, como uma “nítida ameaça velada”. Depois disso, relatou o magistrado,

seus pais lhe telefonavam inclusive para saber se podiam ir ao mercado.

“Naturalmente que o juiz deu as razões dele. Disse que se sentia cansado, se sentia realmente extenuado e que gostaria de sair”, afirmou Eliana Calmon. Mantê-lo no processo depois de tudo, disse ela, seria um “ato de desumanidade”.

21 JUN 2012

GAZETA DO POVO

TIAGO RECCHIA



21 JUN 2012

GAZETA DO POVO

SEM PROVAS

Justiça inocenta ex-prefeito no caso do lobby pró-bingos

Heliberton Cesca

A 21ª Vara Federal do Distrito Federal, em Brasília, inocentou o ex-prefeito de Curitiba Rafael Greca (PMDB) da acusação de improbidade administrativa por supostamente favorecer bingos quando era ministro do Esporte e Turismo, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A juíza Raquel Soares Chiarelli entendeu que faltaram provas para comprovar a acusação do Ministério Público Federal (MPF). A decisão é do dia 10 de maio, mas só foi divulgada ontem.

Em 1999, os procuradores federais Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb apresentaram ação de improbidade administrativa contra Greca e outras seis pessoas por, supostamente, terem negociado a redação de uma portaria e uma medida provisória com donos de bingo para eliminar os entraves jurídicos à exploração de caça-níqueis no país.

CELSONASCIMENTO

Pode vir aí mais uma mordida

21 JUN 2012

GAZETA DO POVO

Na edição de domingo passado, esta coluna deu notícia de que o governador Beto Richa autorizou o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a abrir concorrência para escolha de empresa privada que será responsável por realizar inspeção anual de toda a frota de 5,5 milhões de veículos emplacados no estado. Mediante a cobrança de módica quantia — que se calcula ficará ao redor de R\$ 40,00 —, a empresa se encarregará de atestar a regularidade dos veículos quanto a itens de interesse ambiental, como emissão de fumaça, ruídos e vazamentos. Carros que não passarem no teste terão duas alternativas: ou são consertados, ou saem de circulação. É o que manda a lei federal.

A empresa que vencer a licitação ganhará o direito de explorar o mercado por 20 anos (prorrogáveis por mais cinco) e terá garantido um mercado cativo (e crescente) que lhe dará faturamento anual superior a R\$ 200 milhões.

Claro, quem pagará esse custo será o proprietário de cada veículo que será levado obrigatoriamente à inspeção. A ele se somarão todas as demais taxas usualmente cobradas pelo Detran, algumas delas com valor triplicado desde que o governador conseguiu aprovar na Assembleia o “tarifaço” com índices de reajuste que chegaram a 271%.

E você, feliz proprietário de um modesto carro financiado em sete anos, acha que as cobranças que lhe são impostas já chegaram ao limite? Engana-se tão redondamente quanto são as rodas do seu carrinho. Pode vir por aí mais uma “inspeção” por meio da qual você, outra vez, contribuirá para enriquecer um sistema cartorial nascido nas entranhas do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) e do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), órgãos do ministério das Cidades, feudo dos políticos do PP.

O sistema criado consiste, grosso modo, numa pirâmide. Lá em cima, no vértice, o

Denatran repassou (sem licitação, diga-se de passagem) para um ente privado que recebeu a sigla UGC (Unidades de Gestão Central) todo o cadastro Renavan — uma lista com todos os detalhes dos 35 milhões de veículos registrados no Brasil (quarta maior frota do mundo) e de seus respectivos proprietários.

Num patamar abaixo desse vértice, foi credenciada outra meia dúzia de empresas privadas que, por sua vez, revendem para “franquias” estaduais os cadastros Renavan de suas respectivas áreas de abrangência. Essas “franquias” formam a base dessa pirâmide.

E o que farão essas franquias se propõem a fazer mediante módica importância? Farão a famosa vistoria, que basicamente consiste em tirar o “decalque” com os números de chassi e motor, verificar se a lanterna traseira acende e se o pisca funciona — procedimentos necessários para obter o licenciamento no Detran. Por lei, a vistoria é de competência dos Detrans, com a colaboração dos despachantes. Informa-se que esses novos cartórios farão também fotos e registrarão outras características dos carros — supostamente para dar mais segurança contra roubos e clonagens.

As franquias da base (centenas ou milhares Brasil a fora) pagam um percentual do faturamento para o grupo imediatamente superior. E este à UGC, o ápice da pirâmide. Daí pra cima não se sabe mais para onde vai o dinheiro, mas pode-se imaginar.

CONTINUA

21 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Não é pouca grana: multiplique 35 milhões de veículos por, digamos, R\$ 50,00 a unidade. Dá R\$ 1.750.000.000,00 por ano, dinheiro bastante para uma boa divisão. Quem sabe até sobre para partidos e políticos financiarem campanhas.

Depois de uma campanha feita pela Federação Nacional dos Despachantes e, no Paraná, pelo sindicato da categoria, o assunto acabou caindo no âmbito judicial. No Paraná, o Tribunal de Justiça já julgou uma ação e declarou ilegal a resolução do Contran que permitia a terceirização das vistorias. O próprio Contran já decidiu suspender, no último dia 7, o credenciamento de novas terceirizações, pressionado por investigações da Polícia Federal e do Ministério Público.

Mas o assunto não está encerrado. Os lobbies que atuam em Brasília contam com fortes padrinhos.

21 JUN 2012

GAZETA DO POVO

RESSARCIMENTO

MP-DF vê abuso nas despesas médicas pagas pelo Senado

O Ministério Público Federal no Distrito Federal pediu ontem a suspensão do ressarcimento de despesas médicas e odontológicas dos senadores, ex-senadores, seus cônjuges e dependentes que ultrapassem o valor de R\$ 32 mil anuais. Na ação, a Procuradoria fixa o prazo de 90 dias para o Senado mudar as regras do programa de assistência de saúde dos parlamentares, em resolução que deverá ser aprovada pelo plenário da Casa.

A ação, com pedido de liminar, tem de ser acatada pela Justiça Federal para que o ressarcimento seja suspenso. Segundo o Ministério Público, a ação ocorre após sucessivos abusos no reembolso de despesas dos senadores.

Além de ter direito à atendimento ambulatorial no serviço médico da Casa, os senadores podem ser ressarcidos livremente por exames, tratamentos e consultas realizadas por médicos privados, a sua livre escolha, inclusive no exterior – desde que em casos de urgência.

Na prática, porém, o reembolso ocorre sem que haja urgência nos atendimentos. “São desembolsos que envolvem valores exorbitantes e inimagináveis, que fogem a qualquer padrão de proporcionalidade, eco-

nomidade e moralidade administrativa”, afirma a procuradora Eliana Rocha, que assina a ação.

Por considerar o atual modelo responsável por “graves arbitrariedades” ao orçamento público, a Procuradoria também determinou que o Senado avalie outras formas de prestação de assistência à saúde dos parlamentares.

Na ação, o MP-DF cita um senador que foi reembolsado em R\$ 501 mil em 2008 ao longo de um ano. Outro senador obteve reembolso, em 2009, de R\$ 51,9 mil para a colocação de 20 coroas dentárias de porcelana aluminizada, no valor de R\$ 2,5 mil cada coroa, em um tratamento estético.

» CONTESTAÇÃO

MP entra com ação contra licenças de táxi hereditárias

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) entrou ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei 14.017/2012 de Curitiba, que estabelece a hereditariedade das concessões de táxis na cidade. De acordo com o texto da lei, fica autorizada a transferência da autorização para prestação de serviço de táxi aos familiares dos concessionários em caso de falecimento. O processo judicial contra a lei foi apresentado no Tribunal de Justiça do Paraná. Vários juristas já haviam alertado sobre a inconstitucionalidade da medida.

Para os promotores, há dois fatores que levam à contestação da legalidade da lei municipal, aprovada na Câmara de Vereadores em abril e sancionada pelo prefeito Luciano Ducci (PSB) no fim de maio. “A lei contém dois vícios. O primeiro (...) é que esse tipo de lei deve ser de iniciativa do prefeito, e não da Câmara de Vereadores, como ocorreu nesse caso. O segundo vício (...) é que a lei viola os princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e razoabilidade, previstos no artigo 27 da Constituição Estadual.”

METRO

Na Justiça

MP não quer táxi hereditário

21 JUN 2012

○ Ministério Público impetra Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei que garante a transferência das autorizações para herdeiros ou a venda a terceiros

MP-PR propõe ação contra táxi hereditário

O Ministério Público do Paraná propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei 14.017/2012, que dispõe sobre a transferência da autorização para prestação de serviço de táxi na capital a familiares dos atuais prestadores em caso de morte, o que estabeleceria a hereditabilidade das autorizações.

A ação foi encaminhada ontem ao Tribunal de Justiça do Paraná. O Ministério Público sustenta que esse tipo de lei deve ser de iniciativa do prefeito, e não da Câmara de Vereadores.

Também que a lei viola os princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e razoabilidade, previstos no artigo 27 da Constituição Estadual.

A ação questiona, além da hereditabilidade, ainda a transferência da autorização para outros condutores, a critério do autorizatário da prestação do serviço de táxi, o que igualmente viola os princípios constitucionais.

A Urbs, empresa que administra o serviço de táxis da prefeitura de Curitiba, disse que não vai se pronunciar a respeito por não ter sido comunicada da ação impetrada pelo Ministério Público.

● METRO CURITIBA

21 JUN 2012

METRO

150 juízes estão sob proteção em todo o país

O combate ao crime organizado impõe à rotina de trabalho dos juízes muito medo e de insegurança. Atualmente, 150 magistrados em todo o país recebem proteção do Estado para poder trabalhar, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Desse total, 61 juízes só saem de casa com escolta policial, que fica disponível, inclusive, nos fins de semana ou durante atividades de lazer.

As recentes ameaças ao juiz de Goiás Paulo Moreira Lima, responsável pelas investigações do caso de Carlinhos Cachoeira, colocaram em evidência um problema recorrente. Em agosto do ano passado, a juíza Patrícia Acioli foi morta com 17 tiros quando saía de casa, no Rio de Janeiro. Ela tinha uma atuação voltada a casos de

grupos de extermínio.

A Justiça levou à júri popular os 11 ex-policiais acusados pelo crime, que esperam o julgamento na prisão.

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, assegurou que em casos semelhantes o serviço de inteligência da Polícia Federal sempre tinha conhecimento das ameaças. "Houve falhas", justificou.

A categoria exige que alguns casos mais graves possam ser conduzidos por um grupo de juízes - e não mais por um magistrado solitário. A proposta aguarda votação na Câmara há cinco anos. "É melhor ter segurança agora do que chorar no velório depois", criticou o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra.

METRO

Magistrado 21 JUN 2012 detalha ameaças

O juiz federal de Goiás Paulo Moreira Lima, responsável pela prisão do bicheiro Carlinhos Cachoeira, apresentou três justificativas para deixar o caso.

Em reunião fechada no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o magistrado relatou que tinha recebido ligações vindas de um presídio, afirmou ter ouvido de um carcereiro o relato da conversa de presos sobre um plano para matá-lo e disse que houve uma visita de um policial a cada dele para tratar da Operação Monte Carlo. "Já está na hora de sair, porque depois de 16 meses estou muito cansado", disse Moreira Lima.

O juiz federal Alderico Rocha Santos assumiu imediatamente as investigações e avaliará os 53 volumes do processo antes de dar continuidade às investigações.

Pelas regras da Justiça Federal, o juiz federal Leão Aparecido Alves seria o substituto natural no caso, mas declarou-se impedido por ter amizade com familiares de José Olímpio de Queiroga Neto, auxiliar direto de Cachoeira. "Muda o juiz, mas a magistratura não se curvará as ameaças", declarou o presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Tol- do.

Ponta Grossa terá Defensoria

DECISÃO. A Justiça Federal condenou a União a instalar um Núcleo da Defensoria Pública em Ponta Grossa, município da região dos Campos Gerais. A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal. Segundo a decisão da juíza da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná em Ponta Grossa, Marta Ribeiro Pacheco, a população da região precisa de um serviço de atendimento jurídico de forma contínua na região.

21 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Os 22 anos do ECA é tema de plenário

Considerado um marco da defesa dos direitos humanos no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 22 anos de criação no próximo dia 13 de julho. Para debater sobre os avanços da legislação e os desafios que Curitiba ainda enfrenta, o vereador Pedro Paulo (PT) convidou a presidente da Associação Estadual dos Conselheiros Tutelares, Jussara da Silva Gouveia, e os conselheiros das regionais CIC e Pinheirinho, Luciano da Silva Inácio e Juliana Tabora Guerra, respectivamente. Os três maiores desafios apontados pelos especialistas consiste no controle da violência, consumo de drogas e evasão escolar.

O Estatuto foi aprovado 1990 e passou a regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal.

Na tribuna, Pedro Paulo destacou que o ECA busca a proteção da criança e do adolescente como meio de viabilizar aquilo que está sendo vetado a eles e de protegê-los pelos meios legais quando seu direito é violado. Segundo o vereador, a função do conselheiro tutelar é reconhecida como serviço público relevante pelo Estatuto e fundamental para a legitimação dos direitos.

“Recebem denúncias e reclamações relacionadas à violência e maus-tratos contra meninos e meninas, além de situações de violação do ECA”, enfatizou, acrescentando que “o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comtiba) fiscaliza entidades e programas de atendimento a crianças e adolescentes, encaminha denúncias ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Juizado da Infância e da Juventude”.

21 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO WASHINGTON

JUSTIÇA MODERNA

A dúvida persiste: a polêmica sobre a verba indenizatória proposta como "auxílio livro" a cada um dos magistrados do Paraná, no valor de R\$ 3 mil anuais aos 600 juizes do Estado (R\$ 1,8 milhão anuais), parece realmente ser equivocada. Muito mais razoável seria a instalação de uma "biblioteca virtual" à qual cada juiz teria acesso pela Internet. Imaginar-se a aquisição de livros jurídicos que ficarão como propriedade do adquirente, é inaceitável.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AMEAÇAS

21 JUN 2012

Comissão garante proteção para juízes federais

Corregedora descartou a existência de uma
onda de violência contra a magistratura

A corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, informou ontem (20), que a Comissão de Segurança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomou as providências necessárias para garantir a proteção dos juízes federais Paulo Augusto Moreira Lima, que renunciou ao processo contra o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e Alderico Rocha Santos, que assumiu o caso na Justiça Federal de Goiás.

A ministra prestou a informação após reunião da Comissão de Segurança do CNJ, da qual a Corregedoria Nacional de Justiça faz parte, com Paulo Lima; o juiz Leão Aparecido Alves, que se declarou impedido de assumir o processo; o ex-corregedor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1), Cândido Ribeiro; e o presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Oliveira Toldo. A Comissão de Segurança do CNJ é formada pela Corregedoria Nacional de Justiça e também pelos conselheiros Jefferson Kravichyn, Losé Lúcio Munhoz, Gilberto Valente Martins e Sílvio Luís da Rocha.

“Esta reunião é de fortalecimento da magistratura, porque o Conselho Nacional de Justiça tomou a posição de criar um núcleo

para dar segurança aos magistrados. E todas as vezes que o magistrado se sente inseguro nós vamos para lhe dar o devido respaldo”, disse a corregedora, observando que a Comissão de Segurança do CNJ tem como parceiros a Polícia Federal, o Ministério Público e as polícias dos estados e do Distrito Federal.

AMEAÇAS VELADAS

Eliana Calmon disse que, na reunião, o juiz Paulo Augusto Moreira Lima confirmou ter recebido ameaças veladas contra ele e sua família. “O juiz confirma apenas a questão do telefonema que ele recebeu de alguém de um presídio de segurança máxima. Falou também de um carcereiro que o procurou contando que ouviu um preso dizendo algo. Contou também de um policial que visitou os pais dele”, relatou a ministra. Ela ressaltou, no entanto, que a decisão do magistrado de renunciar ao processo se deve a uma necessidade de descanso, após 16 meses à frente das investigações.

“Hoje nós ouvimos do magistrado suas razões, porque o nosso entendimento é de que a magistratura não pode estar fragilizada. Ou seja, com medo do crime organizado. Naturalmente que o juiz deu as razões, disse que se sentia cansado, extenuado, e que gostaria de

sair do processo, após 16 meses de trabalho. No nosso entendimento, negar esse pedido seria até um ato de desumanidade. Daí eu entendo que ele sai não por fragilidade, não por covardia, não porque ele esteja com medo. Ele sai porque ele quer, efetivamente, descansar disso tudo, dessa notoriedade”, afirmou a ministra.

A corregedora descartou a existência de uma onda de violência contra a magistratura nacional e explicou que os ataques têm acontecido em função de uma atuação mais firme do Poder Judiciário contra o crime organizado. “A partir da atuação mais firme do Poder Judiciário contra o crime organizado os nossos magistrados ficam muito mais expostos. Todo juiz que assume um processo de muita importância, perigoso, conta com um serviço de segurança. Aliás, a Comissão de Segurança do Conselho Nacional de Justiça foi firmada para isto”, declarou.

21 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Carência de agentes

Carolina Gabardo Belo

Os agentes penitenciários reclamam que o efetivo de profissionais está desfalcado em cerca de 1.500, de acordo com o sindicato da categoria (Sindarspen). O diretor do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), Maurício Kuehne, porém, afirma que são precisos mais 500 e que nesta semana deve ser publicado edital para o concurso de 200 agentes de monitoramento, o que deve trazer melhorias para o sistema.

Aproximadamente 3,5 mil agentes atendem 15,5 mil detentos em 25 unidades prisionais. Com a falta de funcionários eles ficam sobrecarregados. O vice-presidente do Sindarspen, Antony Johnson, afirma que o desvio de tarefas é outro problema recorrente. "O agente vai para atividades administrativas, como motoristas e secretários que precarizam a custódia dos presos", critica.

Medo

"Sentimos perigo iminente e os presos comentam que podem virar a cadeia quando quiserem", conta um agente que não quer se identificar. Entre os agentes circulam boatos sobre possível troca das escalas de trabalho. O ho-



Kuehne: concurso próximo.

rário vigente é de 24 horas de trabalho por 48 horas de folga. O diretor do Depen esclareceu que o turno de 12h por 36h é destinado apenas aos recém-contratados e fica como uma opção aos demais trabalhadores.

O diretor do Depen afirmou que os agentes de monitoramento que serão contratados vão trabalhar em unidades do regime semiaberto, liberando os agentes penitenciário para outras unidades.

A proposta do governo em transferir cerca de 16 mil detentos das delegacias para as penitenciárias também foi recebida com apreensão entre os agentes penitenciários. Kuehne garante que as transferências serão gradativas. "Vamos assumir as cadeias e quando o governo autorizar serão contratados 900 agentes", afirma.

21 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Salários podem ficar acima do teto

Em meio ao recesso branco dos deputados, uma comissão especial da Câmara aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que abre brecha para que o teto do funcionalismo público não seja respeitado. O teto dos servidores são os salários dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Segundo consultores da Câmara, o texto ainda derruba a previsão de veto presidencial para a concessão de reajuste para o Judiciário, Legislativo e Executivo.

Portanto, após o Supremo encaminhar a proposta de aumento para seus ministros, se for aprovada pelo Congresso, o Executivo é obrigado a conceder, mesmo se não houver previsão orçamentária.

Essas medidas estão previstas na PEC aprovada ontem simbolicamente pela comissão que estuda o texto e segue para análise direta em plenário, onde precisa passar por duas votações.

Com as mudanças, os subtetos deixam de existir, permitindo que o teto remuneratório de servidores de estados e municípios ultrapassem os vencimentos dos governadores ou prefeitos. Nesse caso, fica valendo o teto do Supremo. Os subtetos de desembargadores, membros do Ministério Público, procuradores e defensores públicos também ficam extintos. Uma das mudanças mais significativas para as contas públicas é a possibilidade de servidores acumularem salários com aposentadoria. Atualmente, a cumulatividade é proibida.

21 JUN 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça havia determinado **cassação de Frote**

A Justiça já havia determinado a cassação do mandato de Paulo Frote (PSDB), que renunciou ao mandato na terça-feira alegando motivos pessoais. Ele foi condenado por ter se apropriado indevidamente de parte do salário pago para seus assessores no gabinete.

O ex-vereador chegou a protocolar um pedido de liminar para evitar a perda do cargo. Para isso alegou que os funcionários devolveram o dinheiro voluntariamente.

O presidente do legislativo municipal, vereador João Luiz Cordeiro (PSDB), afirmou que a Câmara foi notificada pela Justiça na terça-feira. Ao saber, de acordo com o presidente, Paulo Frote optou pela renúncia. Desta forma, a Casa não precisou abrir um processo para formalizar a saída de Frote.

Conforme determina a Lei da Ficha Limpa, com esta condenação, só poderá concorrer a um cargo público daqui oito anos.

21 JUN 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

CNJ vai pedir segurança aos juizes do caso Cachoeira

Ministra Eliana Calmon afirmou que a Corregedoria atuará para garantir que novo responsável pelo processo trabalhe com independência

A corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, pedirá à Polícia Federal que mantenha a segurança ao juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima – que deixou o comando do processo contra o contraventor Carlinhos Cachoeira após ameaças – e que garanta a segurança do novo juiz do processo, Alderico Rocha Santos. Calmon

reuniu-se ontem (20), com Moreira Lima, o ex-corregedor-geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Cândido Ribeiro, e o juiz federal Leão Aparecido Alves, que se declarou suspeito para atuar no caso. Na reunião, Calmon repetiu o relato que Moreira Lima fez em ofício encaminhado à Corregedoria do TRF e divulgado pelo Esta-

do. O juiz disse que não tinha mais condições de permanecer à frente da investigação especialmente depois que seus pais foram procurados em casa por policiais.

“O juiz deu as razões, disse que se sentia cansado, extenuado, e que gostaria de sair. No nosso entendimento, deixá-lo depois que ele disse que está cansado seria um ato de desu-

manidade”, afirmou Eliana Calmon. O grupo de Cachoeira contava com o apoio de 40 policiais civis, militares e federais. A abordagem dos pais do magistrado por um policial foi vista por ele como uma ameaça velada. Ex-delegado da Polícia Federal, Moreira Lima foi removido, a pedido, da 11ª Vara Federal em Goiás para a 12ª Vara.

21 JUN 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Associação pede que PF investigue ameaças a juiz da operação Monte Carlo

O presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajufe), Nino Toldo, solicitou à Polícia Federal ontem (20) que investigue as ameaças feitas ao juiz Paulo Augusto Moreira Lima, que autorizou escutas da Operação Monte Carlo e também a prisão do bicheiro Carlinhos Cachoeira. Moreira Lima, que participou de reunião da Ajufe na PF em Brasília, pediu para deixar o caso e disse sofrer ameaças. Após o encontro na Polícia Federal, Toldo e o juiz seguiram para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde se

reuniram com corregedora-nacional de Justiça, Eliana Calmon. A Operação Monte Carlo, comandada pela Polícia Federal, investigou rela-

ções entre agentes públicos e quadrilha que atua na exploração do jogo ilegal em Goiás. Dois policiais militares, entre outros, foram presos.

Divulgação



Presidente da Ajufe Nino Toldo: solicitação para que a polícia investigue origem das ameaças

Justiça Federal escolhe novo juiz para o lugar de Moreira Lima

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, designou um novo juiz para cuidar do processo envolvendo o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Alderico Rocha Santos, titular da 5ª Vara Federal Criminal de Goiás, é o terceiro juiz à frente do caso. O

magistrado assume a relatoria da investigação após o juiz Leão Aparecido Alves, titular da 11ª Vara, onde corre o processo, ter se declarado suspeito de assumir o caso. Leão é amigo de um dos investigados, o empresário José Olímpio de Queiroga Neto, apontado como o responsável pelo gerenciamento

das casas de jogos de Carlinhos Cachoeira no entorno do Distrito Federal. O troca-troca na Justiça se deve às ameaças recebidas pelo juiz Paulo Augusto Moreira Lima, responsável pela Operação Monte Carlo e que determinou a prisão do bicheiro Carlinhos Cachoeira no fim de fevereiro.

JORNAL DO ESTADO

STF não teme

atraso no 21 JUN 2012

CASO DO

MENSALÃO

Presidente do Supremo acredita que haverá tempo para concluir julgamento ainda em agosto

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, afirmou ontem que acredita na conclusão do julgamento do processo do mensalão ainda no mês de agosto. O cronograma prevê o início do julgamento no primeiro dia do mês, desde que o revisor do processo, ministro Ricardo Lewandowski, libere a tempo os documentos para votação. Ayres Britto, que participou de um dos eventos da Rio+20, afirmou que não teme nenhum tipo de atraso.

“É possível que o julgamento termine no próprio mês de agosto, se tudo correr normalmente e dentro do cronograma que estabelecemos. Aquele calendário estabelecido já levou em consideração a complexidade do caso”, disse o ministro, após visita ao estande do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - do qual também é presidente -, no Parque das Atletas, na Barra da Tijuca. Lewandowski pretende liberar o processo ainda em junho.

O planejamento do STF prevê sessões diárias da Cômte, de cinco horas, entre 1 e 14 de

agosto, para ouvir a acusação do Ministério Público Federal e as defesas dos 38 acusados de envolvimento no principal escândalo de corrupção do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do dia 15 começarão a ser revelados os votos dos ministros.

O presidente do STF voltou a afirmar que o julgamento não será pautado por nenhum tipo de pressão. “Por mais intensa ou densa que seja a ambiência política de um processo, o julgamento só pode ser técnico, em cima da prova dos autos. Isto é um dever do juiz. Se não for assim, ele se deslegitima e trai a sua própria função”, disse. No início do mês, o ex-ministro José Dirceu convocou líderes estudantis e movimentos sociais a irem às ruas em defesa dos réus do mensalão.

Sobre as ameaças veladas que levaram o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima a abandonar o processo contra o contraventor Carlinhos Cachoeira, Ayres Britto afirmou que é absolutamente intolerável e inadmissível esse tipo de episódio.

21 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

HEREDITARIEDADE

MP move ação contra lei dos táxis

O Ministério Público do Paraná propôs ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) contra a Lei Municipal 14.017/2012, que dispõe sobre a transferência da autorização para prestação de serviço de táxi na capital a familiares dos atuais prestadores, em caso de falecimento ou seja, estabelece a hereditariedade das autorizações.

A ação foi encaminhada ontem ao Tribunal de Justiça do Paraná. O MP-PR sustenta na ação que a lei contém dois

vícios. O primeiro, a inconstitucionalidade formal, é que esse tipo de lei deve ser de iniciativa do prefeito, e não da Câmara de Vereadores, como ocorreu nesse caso.

O segundo vício apontado — inconstitucionalidade material — é que a lei viola os princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e razoabilidade, previstos no artigo 27 da Constituição Estadual. Além da questão da hereditariedade, a ação questiona também a transferência da autorização

para outros condutores, a critério do autorizatório da prestação do serviço de táxi, o que igualmente viola os princípios constitucionais.

No último dia 6, a Procuradoria-Geral de Justiça havia aberto um procedimento investigatório para apurar possível inconstitucionalidade da lei, publicada recentemente pelo Executivo de Curitiba, e naquela mesma data já havia solicitado documentação ao município, para embasar a propositura da ação.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 21 JUN 2012

Investigação sigilosa em Cambé

Vereadores de Cambé querem a quebra do sigilo de ação penal que tramita no Fórum da cidade e que envolve pessoas ligadas à administração pública. O pedido, protocolado na Vara Criminal na terça-feira, tem como principais argumentos a “fiscalização dos atos do Poder Executivo” como função do Legislativo e a “preponderância do interesse público em casos de ilegalidade que envolvam a administração pública”.

■ Assinam o pedido, destinado à juíza Jéssica Valéria Catabriga Guarnier, os vereadores Conrado Scheller, Irineu Defende e Alzira da Farmácia, todos do DEM, além de Cecílio Araujo (PT) e Zezinho da Ração (PSB).

■ Em novembro do ano passado o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) indiciou três pessoas ligadas à administração de Cambé por suposto desvio de dinheiro, através de contrato com empresa de eventos. Na época, a Justiça decretou sigilo em relação aos nomes.

21 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

MP quer suspender concurso em Ipiranga

O Ministério Público (MP) do Paraná enviou uma recomendação administrativa à Câmara Municipal de Ipiranga (Sudeste) para que suspenda o concurso público com provas agendadas para o dia 1º de julho. O concurso é organizado pela RCV Concursos Ltda, uma das empresas citadas no último domingo pelo programa "Fantástico", da TV Globo, que revelou esquema de irregularidades em concursos públicos em várias regiões do País, incluindo alguns municípios do Paraná. O MP fixou prazo de 48 horas para que a Câmara avise sobre a adoção de providências.

Na recomendação, a promotora de Justiça Andreia Cristina Bagatin destaca que o representante da empresa RCV Concursos admitiu ser feita a troca de cartões-resposta dos candidatos indicados por agentes públicos ou órgãos contratantes, para marcar respostas certas no local das eventualmente erradas. "Para atendimento ao princípio da impessoalidade, é imprescindível que os concursos públicos eventualmente realizados prezem pela lisura do certame e tratamento isonômico dos candidatos", destaca a promotora de Justiça, em trecho da recomendação.

21 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

MARCOS ANTONIO TORDORO

Tráfico de drogas e a adolescência

Como a adolescência brasileira se relaciona com o crime, em especial com o tráfico de drogas? Dias atrás um adolescente foi apreendido transportando 1,5 quilo de crack, de Rolândia para Ibiporã. Essa é a triste e dura realidade de todas as regiões do país.

Os estabelecimentos penais destinados à reeducação de adolescentes infratores estão lotados. Todos praticaram crimes de gente grande contra gente de bem. Andavam com as piores companhias e pelos piores lugares. Ninguém os observava, outros nem eram notados. Faltou-lhes atenção, compreensão, correção e muito mais. O tráfico de drogas está aliciando muitos adolescentes por todo país, de ambos os sexos. Tudo misturado com a prostituição e com a morte precoce. Apesar das causas serem de várias ordens, nada justifica os crimes e as agressões contra pais e mães de família. Adolescente tem que pagar pelos seus atos, tem que ser responsabilizado com o rigor e o zelo necessários para ser reeducado. É um tema polêmico e às vezes contraditório.

As mazelas sociais são muitas. A corrupção desvia milhões de reais dos programas sociais. Políticos que lideram a roubalheira, que lutam pelos interesses de sua classe, que defendem seu quintão de dinheiro desviado e, mesmo sem querer, matam pessoas inocentes, umas vitimadas pelo tiro de um bandido adolescente, outras por falta de atendimento médico e algumas porque são alvejadas por um disparo de um agente de segurança do Estado, no legítimo cumprimento de seu dever.

falta pouco tempo para as eleições municipais. Podemos começar as mudanças necessárias e a limpar o caminho para as pessoas de bem e de coragem que necessitam ser eleitas para cuidar daquilo que é público e de todos. O problema das drogas não acabará com o candidato certo sendo eleito, mas é um tijolo colocado como arrimo para o edifício social das futuras gerações.

MARCOS ANTONIO TORDORO
é bacharel em Direito e capitão da
Polícia Militar em Rolândia